

1. Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída como uma “sociedade anônima” domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3” e “FRAS4”), tem por objeto principal a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas nos seguintes países: Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China e Alemanha.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), especificamente com observância ao CPC 21 – Demonstrações intermediárias.

As informações trimestrais consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), especificamente com observância ao IAS34 – *Interim Financial Reporting*.

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Fras-le S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2011, apresentadas abaixo:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	100,00	100,00

(a) Sociedades controladas no exterior

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Dividendos

A receita com dividendos é reconhecida quando o direito de recebê-lo está estabelecido.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.4 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as informações trimestrais são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Para fins de consolidação, as informações trimestrais dessas controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.5 Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. O detalhamento dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de informações trimestrais da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações trimestrais da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.9 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação. A Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Intervalo de vida útil
Edificações	12 a 59 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 45 anos
Moldes	2 a 12 anos
Veículos	3 a 9 anos
Móveis e utensílios	2 a 25 anos
Equipamentos de informática	1 a 08 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Durante o período a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.9 Imobilizado--continuação

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.10 Ativos intangíveis

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

2.13 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 15%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados dedutivamente do custo dos produtos vendidos.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Tributação--continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Tributação--continuação

Impostos diferidos -- continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.15 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

2.16. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 23). Esses benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.18 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.19 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.21 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.21 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.21 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Mensuração subsequente -- continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, em contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o período são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

A partir de 2010 a Companhia passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de Hedge de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.22 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

2.23 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são destacadas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Mudanças nas políticas contábeis

4.1 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações tenha um impacto material nas informações trimestrais da Companhia. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas informações trimestrais.
- IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo controle sobre a atividade relevante). Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas informações trimestrais.
- IFRS 11 Investimentos compartilhados (“joint arrangements”) - descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados (“joint ventures”). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de “joint ventures” ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. Esta alteração não é aplicável à Companhia.

4. Mudanças nas políticas contábeis -- Continuação

- IFRS 12 - divulgações de investimentos em outras entidades - introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos subsidiárias, *joint-ventures*, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, mas a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo - fornece nova orientação sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não é aplicável à companhia.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não é aplicável à companhia.

4. Mudanças nas políticas contábeis -- Continuação

4.1 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB) --Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziu impacto significativo nestas informações trimestrais, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (emenda) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (emenda) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (emenda) - Custos de Empréstimos;
- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)
- IAS 32 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (emenda) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 1 (emenda) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes;
- IFRIC 18 – Transferência de ativos de clientes;

5. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	3.726	1.178	13.057	6.224
Aplicações financeiras	247.258	220.159	247.258	220.159
	250.984	221.337	260.315	226.383

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 106% (100% a 105% em 31 de dezembro de 2010) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Circulante:				
No País	31.003	29.672	31.003	29.672
de terceiros	29.884	29.576	29.884	29.576
parte relacionada	1.119	96	1.119	96
No exterior	40.447	52.016	56.651	42.605
de terceiros	28.236	26.046	56.651	42.605
parte relacionada	12.211	25.970	-	-
Menos:				
Cambiais descontadas	-	(2.127)	-	(2.127)
Ajuste a valor presente	(1.026)	(759)	(1.026)	(759)
Provisão para devedores duvidosos	(1.191)	(1.005)	(1.663)	(1.355)
	69.233	77.797	84.965	68.036

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os prazos médio de recebimento para o mercado interno são de 28 e 31 dias, e para o mercado externo de 96 e 105 dias, respectivamente.

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGGAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldo no início do período/exercício	(1.005)	(1.831)	(1.355)	(2.498)
Adições	(364)	(135)	(512)	(228)
Recuperações/ realizações	178	961	204	1.371
Saldo no final do período/exercício	(1.191)	(1.005)	(1.663)	(1.355)

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a análise do saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
A vencer	57.590	71.893	59.500	44.445
Vencidos a:				
De 1 a 30 dias	5.391	3.513	16.037	12.747
De 31 a 60 dias	1.466	533	3.370	3.618
			1.796	1.999
De 61 a 90 dias	898	291		
De 91 a 180 dias	2.181	608	2.555	2.157
Acima de 181 dias	1.707	959	1.707	3.070
Total	69.233	77.797	84.965	68.036

A Companhia não requer garantias sobre as vendas à prazo.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Produtos acabados	32.975	26.432	56.807	27.409
Produtos em elaboração	6.756	6.524	8.057	8.252
Matérias-primas	19.754	21.418	29.074	45.099
Materiais auxiliares e de manutenção	2.178	2.005	2.178	2.005
Estoques em poder de terceiros	7.505	9.130	7.505	9.130
Adiantamentos a fornecedores	2.557	1.433	4.565	1.597
Provisão para estoques obsoletos	(795)	(562)	(795)	(562)
	70.930	66.380	107.391	92.930

7. Estoques -- Continuação

A movimentação da provisão para estoques obsoletos, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldo no início do período/exercício	(562)	(305)	(562)	(305)
Adições	(233)	(356)	(233)	(356)
Recuperações/ realizações	-	99	-	99
Saldo no final do período/exercício	(795)	(562)	(795)	(562)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
ICMS	9.002	6.021	9.002	6.021
Imposto de renda e contribuição social	4.575	3.386	4.575	3.386
COFINS	940	539	940	539
PIS	205	116	205	116
Outros	-	38	5.716	6.168
Total	14.722	10.100	20.438	16.230
(-)Circulante	11.586	8.027	16.385	14.157
Não circulante	3.136	2.073	4.053	2.073

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

9. Informações sobre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro 2011 e 31 de dezembro de 2010 bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Ativo		Passivo		
	Contas a receber por vendas	Comissões a pagar	Contas a pagar por compras	Mútuos a pagar	Adiantamento de partes relacionadas
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.					
Saldo 30/09/2011	79	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	8	-	-	-	-
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.					
Saldo 30/09/2011	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	39	-	-	-	-
Randon S.A. Implementos e Participações (b)					
Saldo 30/09/2011	28	-	330	-	-
Saldo 31/12/2010	6	-	1.135	-	-
Master Sistemas AutomotivosLtda					
Saldo 30/09/2011	951	-	7	-	-
Saldo 31/12/2010	51	-	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda					
Saldo 30/09/2011	61	-	-	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)					
Saldo 30/09/2011	6.326	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	8.192	-	-	-	-
Fras-le North American, Inc. (c)					
Saldo 30/09/2011	2.825	477	-	-	14.998
Saldo 31/12/2010	13.257	263	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)					
Saldo 30/09/2011	800	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	1.532	-	-	-	-
Fras-le Europe (c)					
Saldo 30/09/2011	2.260	258	-	-	-
Saldo 31/12/2010	2.981	105	-	-	-
Fras-le Mexico					
Saldo 30/09/2011	-	131	-	-	-
Saldo 31/12/2010	-	121	-	-	-
Outras partes Relacionadas (a)					
Saldo 30/09/2011	-	-	-	1.652	-
Saldo 31/12/2010	-	-	-	1.566	-
Total					
Saldo 30/09/2011	13.330	866	337	1.652	14.998
Saldo 31/12/2010	26.066	489	1.135	1.566	-

9. Informações sobre partes relacionadas -- Continuação

	Transações			Prazo médio		
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Despesa de comissão	Despesas financeiras	Recebimentos	Pagamento
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.						
Saldo 30/09/2011	187	-	-	-	21	-
Saldo 31/12/2010	177	-	-	-	19	7
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.						
Saldo 30/09/2011	93	2	-	-	9	45
Saldo 31/12/2010	77	-	-	-	11	23
Randon S.A. Implementos e Participações (a)						
Saldo 30/09/2011	1.199	4.709	-	-	12	30
Saldo 31/12/2010	570	5.417	-	-	17	7
Master Sistemas Automotivos Ltda						
Saldo 30/09/2011	31.013	9	-	-	7	15
Saldo 31/12/2010	33.639	2	-	-	8	10
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda						
Saldo 30/09/2011	361	-	-	-	22	-
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo 30/09/2011	13.941	-	-	-	141	106
Saldo 31/12/2010	14.857	-	-	-	177	-
Fras-le North America, Inc (c)						
Saldo 30/09/2011	16.254	-	3.243	-	206	-
Saldo 31/12/2010	17.477	-	4.311	-	363	30
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo 30/09/2011	-	-	385	-	-	-
Saldo 31/12/2010	-	-	637	-	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo 30/09/2011	914	-	-	-	250	14
Saldo 31/12/2010	2.368	-	-	-	175	5
Fras-le Europe (c)						
Saldo 30/09/2011	721	-	697	-	319	-
Saldo 31/12/2010	4.308	-	1.379	-	267	15
Outras partes Relacionadas (b)						
Saldo 30/09/2011	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2010	-	-	-	175	-	-
Total						
Saldo 30/09/2011	64.683	4.720	4.325	-	-	-
Saldo 31/12/2010	73.473	5.419	6.327	175	-	-

(a) Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.

(b) Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.

(c) Sociedades controladas no exterior.

9. Informações sobre partes relacionadas -- Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas, referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia definiu como pessoal chave da administração, o conselho de administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	3.890	3.595	4.035	3.746
Benefícios pós emprego – contribuições para Randon – Prev	106	97	106	97
Total	3.996	3.692	4.141	3.843

A Companhia não pagou as suas pessoas chaves da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

10. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2010 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

11. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Participação em empresas controladas	23.274	15.646	-	-
Outros investimentos	80	257	80	257
Lucro não realizado nos estoques	(3.265)	(3.144)	-	-
	20.089	12.759	80	257

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Saldos no início do período/exercício	12.759	5.751	257	257
Adições	6.132	5.352	-	-
Variação cambial das investidas	1.791	(1.612)	-	-
Equivalência patrimonial	989	2.599	-	-
Passivo à descoberto	1.513	571	-	-
Dividendos recebidos	(2.797)	-	-	-
Baixa de investimento	(177)	-	(177)	-
Lucro não realizado nos estoques	(121)	98	-	-
Saldos no final do período/exercício	20.089	12.759	80	257

11. Investimentos -- Continuação

A seguir a movimentação dos investimentos nas controladas (Controladora):

	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Fras-le Europe	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	5.043	57	83	9.041	1.422	15.646
- Equivalência patrimonial	(1.186)	2.259	(8)	68	(531)	387	989
- Ajustes acumulados de conversão	(327)	641	-	(20)	1.294	203	1.791
- Dividendos distribuídos	-	(2.797)	-	-	-	-	(2.797)
- Aumento de capital	-	4.638	-	-	1.494	-	6.132
- Passivo à descoberto de controlada	1.513	-	-	-	-	-	1.513
Saldos em 30 de setembro de 2011	-	9.784	49	131	11.298	2.012	23.274

Informações das investidas

	Fras-le North América Inc. (a)	Fras-le Argentina S/A (a)	Fras-le Andina Com Y RepresL tda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd. (a)	Fras-le Europe	Totais	
							30/09/11	31/12/10
Capital social	37	6.222	19	2	14.349	1.845		
Quantidade de quotas ou ações (em lote de mil)								
- Ordinárias	20	1.454	-	-	-	-		
- Quotas	-	-	10	15	-	-		
Participação no capital social, no final do período - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00	100,00		
Patrimônio líquido	(2.951)	10.408	50	131	11.298	2.012		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(1.187)	2.401	(8)	71	(532)	395		
Ajustes acumulados de conversão	(327)	641	(8)	68	(531)	387		
Resultado da equivalência patrimonial	(1.186)	2.259	(8)	68	(531)	387	989	2.599
Valor do investimento	-	9.784	49	131	11.298	2.012	23.274	15.646

Dividendos recebidos

A Companhia recebeu dividendos da controlada direta Fras-le Argentina S.A. no valor de R\$ 2.797 em 30 de abril de 2011.

12. Imobilizado

Controladora:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 31/12/2010	115.709	300.085	9.550	6.531	2.539	15.438	3.631	453.483
Aquisições	-	2.237	104	136	-	19.716	5.386	27.579
Baixas	-	(206)	(5)	(2)	(341)	-	-	(554)
Transferências	1.366	24.254	(69)	-	58	(18.856)	(6.698)	55
Saldo em 30/09/2011	117.075	326.370	9.580	6.665	2.256	16.298	2.319	480.563

Depreciação e perda do valor recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 31/12/2010	17.070	174.354	6.167	5.702	1.641	-	-	204.934
Depreciação	2.395	12.506	333	244	73	-	-	15.551
Baixas	-	(193)	(5)	-	(338)	-	-	(536)
Transferências	-	(10)	(97)	-	162	-	-	55
Saldo em 30/09/2011	19.465	186.657	6.398	5.946	1.538	-	-	220.004

Valor residual líquido

Saldo em 31/12/2010	98.639	125.731	3.383	829	898	15.438	3.631	248.549
Saldo em 30/09/2011	97.610	139.713	3.182	719	718	16.298	2.319	260.559

12. Imobilizado --Continuação

Consolidado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de Computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 31/12/2010	117.064	312.204	11.288	6.760	2.734	15.503	3.631	469.184
Aquisições	251	3.685	1.007	366	241	19.716	5.386	30.652
Baixas	-	(206)	(5)	(2)	(341)	-	-	(554)
Transferências	1.366	24.254	(69)	-	58	(18.856)	(6.698)	55
Variação cambial	94	1.025	344	(41)	(109)	579	-	1.892
Saldo em 30/09/2011	118.775	340.962	12.565	7.083	2.583	16.942	2.319	501.229

Depreciação e perda do valor recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldo em 31/12/2010	17.432	176.583	6.822	5.878	1.740	-	-	208.455
Depreciação	2.504	12.939	589	285	111	-	-	16.428
Baixas	-	(193)	(5)	-	(338)	-	-	(536)
Transferências	-	(10)	(97)	-	162	-	-	55
Variação cambial	25	371	(136)	81	(24)	-	-	317
Saldo em 30/09/2011	19.961	189.690	7.173	6.244	1.651	-	-	224.719

Valor residual líquido

Saldo em 31/12/2010	99.632	135.621	4.466	882	994	15.503	3.631	260.729
Saldo em 30/09/2011	98.814	151.272	5.392	839	932	16.942	2.319	276.510

12. Imobilizado--Continuação

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às informações trimestrais como um todo, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 30 de setembro de 2011.

Custos de empréstimo capitalizados

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos durante o ano corrente.

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Fabricação de ferramentais	6.293	3.860	6.293	3.875
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	9.856	10.652	10.500	10.697
Construções e benfeitorias em imóveis	149	926	149	931
	16.298	15.438	16.942	15.503

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de setembro de 2011 é de R\$1.103 (R\$ 558 em 2010). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,60%, que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

13. Intangível

Custo ou avaliação	Software e licenças	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	13.990	14.225
Aquisições	8.162	8.222
Variação cambial	-	(21)
Transferências	(55)	(55)
Saldo em 30/09/2011	22.097	22.371
Depreciação e perda do valor recuperável		
Saldo em 31/12/2010	5.585	5.721
Amortização	319	356
Variação cambial	-	21
Transferência	(55)	(55)
Saldo em 30/09/2011	5.849	6.043
Valor residual líquido		
Saldo em 31/12/2010	8.405	8.504
Saldo em 30/09/2011	16.248	16.328

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

14. Adiantamento de Clientes

O saldo de R\$15.131 está substancialmente representado pelo adiantamento de sua parte relacionada Frax-le North America no valor de R\$14.998 (vide nota 9). Essa estratégia faz parte da estratégia comercial da Companhia no que tange a política cambial. O adiantamento será realizado através de futuras vendas para a controlada.

15. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, na data base 30 de setembro de 2011, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo contingente	30/09/2011			31/12/2010			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	30/09/2011	31/12/2010
a) cível	160	1.671	2.293	1.065	1.582	2.170	55	55
b) tributário	1.667	12.590	169.270	5.059	13.407	160.175	5.146	5.836
c) trabalhista	833	6.260	1.138	74	5.924	1.077	297	325
d) previdenciário	3.405	1.988	-	730	1.882	-	631	964
Total	6.065	22.509	172.701	6.928	22.795	163.422	6.129	7.180

Consolidado:

Passivo contingente	30/09/2011			31/12/2010			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	30/09/2011	31/12/2010
a) cível	160	1.671	2.293	1.065	1.582	2.170	55	55
b) tributário	2.045	12.590	169.270	5.130	13.407	160.175	5.148	5.839
c) trabalhista	833	6.260	1.138	74	5.924	1.077	298	324
d) previdenciário	3.405	1.988	-	730	1.882	-	631	964
Total	6.443	22.509	172.701	6.999	22.795	163.422	6.132	7.182

Cível – A maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Tributário – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

15. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente--Continuação

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) *Créditos Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido* - A Companhia foi autuada no valor de R\$ 10.438, pela Receita Federal do Brasil referente a não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI.
- b) *Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte* – A Companhia foi autuada no valor atualizado de R\$ 130.280, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- c) *Imposto de Renda e Contribuição Social* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$ 7.028.
- d) *IPI, PIS, COFINS* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$ 14.122.

15. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente--Continuação

- e) *Imposto de Importação* – A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$ 7.055. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- f) *IPI* – A controlada Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$ 4.561. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.
- g) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 66.
- h) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 1.693.
- i) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$183.

15. Provisão para litígios--Continuação

Passivo contingente--Continuação

- j) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 657.
- k) *ICMS* – A companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ / RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte decorrente das aquisições de aço. R\$ 2.125.

Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

Ativo contingente

O demonstrativo, na data base 30 de setembro de 2011, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Ativo Contingente	30/09/2011		31/12/2010	
	Possível	Remota	Possível	Remota
a) Tributário	2.373	1.194	2.245	1.130
Total	2.373	1.194	2.245	1.130

Tributário – representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

15. Provisão para litígios--Continuação

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2010	Adição	Exclusão	Saldo em 30/09/2011
Cíveis	1.065	160	(1.065)	160
Trabalhistas	74	833	(74)	833
Tributárias	5.059	1.181	(4.573)	1.667
Previdenciário	730	3.605	(930)	3.405
	6.928	5.779	(6.642)	6.065

Consolidado

	Saldo em 31/12/2010	Adição	Exclusão	Saldo em 30/09/2011
Cíveis	1.065	160	(1.065)	160
Trabalhistas	74	833	(74)	833
Tributárias	5.130	1.488	(4.573)	2.045
Previdenciário	730	3.605	(930)	3.405
	6.999	6.086	(6.642)	6.443

16. Empréstimos e Financiamentos

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				BRGAAP		IFRS	
				30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	8.707	10.204	8.707	10.204
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	8.582	8.820	8.582	8.820
EXIM	TJLP	7% a 9% a.a.	15/04/13	56.599	56.311	56.599	56.311
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 12.603 mil	Varição cambial + deságio	1,85% a 2,70% a.a.	09/10/12	23.241	26.042	23.241	26.042
Empréstimos bancários US\$ 150 mil	Libor	4,00% a.a.	30/08/18	-	-	276	5.132
Empréstimos bancários \$ 13.394	-	29,75% a.a.	12/12/11	-	-	5.911	2.097
Empréstimos bancários ¥ 21.001	PBoC	5,56% a.a + 0,80% fiança	03/01/12	-	-	6.105	5.347
BNDES US\$ 409 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	754	684	754	684
IFC financiamento de US\$ 1.440 mil	Varição Cambial + Libor	2,25% a.a.	15/10/17	2.656	2.312	2.656	2.312
				100.539	104.373	112.831	116.949
Não circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	17.376	23.156	17.376	23.156
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	83.323	89.483	83.323	89.483
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/04/13	24.291	-	24.291	-
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	15.298	11.823	15.298	11.823
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 27.152 mil	Libor	4,00% a.a.	30/08/18	-	-	50.069	6.664
BNDES US\$ 337 mil	Varição cambial	2,5% a.a.	15/07/13	622	1.066	622	1.066
IFC financiamento de US\$ 7.375 mil	Varição Cambial + Libor	2,25% a.a.	15/10/17	13.599	13.329	13.599	13.330
				154.509	138.857	204.578	145.522
Total de empréstimos sujeitos a juros				255.048	243.230	317.409	262.471

16. Empréstimos e Financiamentos --Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$70.340 (R\$54.687 em 31 de dezembro de 2010), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$42.719 (R\$48.722 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 30 de setembro de 2011 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS. Em 30 de setembro de 2011, ainda não utilizado o valor de R\$18.617 (R\$20.278 em 31 de dezembro de 2010).

Para incremento de valor financiado a Companhia observa todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

17. Capital social e reservas

O capital social em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estava composto conforme demonstrativo abaixo:

Ações autorizadas

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ações ordinárias no valor de R\$1 cada	90.000.000	90.000.000
Ações preferenciais conversíveis no valor de R\$1	180.000.000	180.000.000
	270.000.000	270.000.000

Durante o exercício de 2010, foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 7 de abril de 2010 o aumento do capital social da Companhia em R\$52.000 passando de R\$118.000 para R\$170.000 com utilização de parte da reserva de lucros de investimento e capital de giro, e emissão de 34.127.000 novas ações.

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Ordinárias</u>		<u>Preferenciais</u>	
	<u>Em milhares</u>	<u>R\$000</u>	<u>Em milhares</u>	<u>R\$000</u>
Em 31 de dezembro de 2009	44.116.233	76.270	24.137.767	41.730
Bonificação em 2010	22.058.117	33.610	12.068.883	18.390
Em 30 de setembro de 2011	66.174.350	109.880	36.206.650	60.120

Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria totaliza 2.400.000 ações preferenciais em 30 de setembro de 2011 (mesmo montante em 31 de dezembro de 2010).

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 30 de setembro de 2011 é de R\$3,08.

17. Capital social e reservas--Continuação

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros (estatutária)

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

17. Capital social e reservas--Continuação

Outras reservas incluídas na demonstração de mutações no patrimônio líquido

Reserva para hedge de fluxo de caixa

A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em hedges de fluxo de caixa de R\$ (2.680) que representam os movimentos nos hedges de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquido de imposto.

Reserva para conversão em moeda estrangeira

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das informações trimestrais de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do hedge sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Impostos de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado, estão contabilizados no passivo não circulante

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado está sendo realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos e juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso II, § 1º, do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Deliberação da Assembléia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

Em 15 de abril de 2011, a Assembléia Geral Ordinária, aprovou o pagamento de dividendos adicionais, sobre o lucro do exercício findo, em 31/12/2010, no valor de R\$2.456.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período, no montante de R\$7.987 (R\$7.003 em 30 de setembro 2010) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$2.716 (R\$2.381 em 30 de setembro em 2010) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

19. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30/09/2011		30/09/2010	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do período	22.210	12.480	23.568	13.244
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	66.174	33.807	66.174	33.807
Lucro por ação – básico e diluído	0,34	0,37	0,36	0,39

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

20. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.498)	(12.309)	(13.867)	(13.722)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	2.444	2.008	3.043	2.154
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(10.054)	(10.301)	(10.824)	(11.568)

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Demonstração consolidada do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o período/exercício:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – <i>Hedge Accounting</i>	1.380	-	1.380	-
	1.380	-	1.380	-

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGGAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro contábil antes dos impostos	46.100	48.238	47.015	49.656
À alíquota fiscal de 34% (34% em 2010)	15.674	16.401	15.985	16.883
Despesa incentivada – Inovação tecnológica	(2.263)	(2.501)	(2.263)	(2.501)
Juros sobre capital próprio	(2.716)	(2.381)	(2.716)	(2.381)
Outras despesas permanentemente não dedutíveis	(641)	(1.218)	(181)	(433)
À alíquota fiscal efetiva de 21.74% (28,27% em 30/09/2010)	10.054	10.301	10.824	11.568

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos refere-se a:

Controladora:

	Balço patrimonial		Resultado	
	BRGAAP		BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010
Provisão para comissões e fretes	463	287	176	(17)
Provisão para devedores duvidosos	405	342	63	(205)
Provisão para contingências	2.062	2.355	(293)	184
Provisão estoques obsoletos	270	191	79	47
Operações de derivativos	1.639	(141)	253	(150)
Ajustes das leis n°s 11.638/07 e 11.941/09	1.672	808	864	1.025
Provisão desvinculo para funcionário	279	279	-	-
Participação dos diretores e funcionários	998	1.629	(631)	(659)
Provisões diversas e outros	1.636	1.052	584	396
Randonprev avaliação atuarial	(502)	(502)	-	-
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(26.279)	(27.700)	1.421	1.387
Lucro não realizado nos estoques	1.110	1.182	(72)	-
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos				
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(16.247)	(20.218)	2.444	2.008
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:				
Ativo fiscal diferido	8.894	8.125		
Passivo fiscal diferido	(25.141)	(28.343)		
Ativo fiscal diferido, líquido	(16.247)	(20.218)		

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido — Continuação

Consolidado:

	Balço patrimonial		Resultado	
	IFRS		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010
Prejuízos fiscais a compensar	3.344	2.242	1.102	(86)
Provisão para comissões e fretes	463	287	176	(17)
Provisão para devedores duvidosos	405	460	(55)	(205)
Provisão para contingências	2.062	2.380	(318)	184
Provisão estoques obsoletos	270	191	-	47
Operações de derivativos	1.639	(141)	253	(150)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	1.672	808	864	1.025
Provisão desvinculo p/funcionário	279	279	-	-
Participação dos diretores e funcionários	998	1.629	(631)	(659)
Provisões diversas e outros	1.636	1.446	190	396
Randonprev avaliação atuarial	(502)	(502)	-	-
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(26.279)	(27.700)	1.421	1.421
Outros	377	(31)	41	198
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos				
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(13.636)	(18.652)	3.043	2.154
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:				
Ativo fiscal diferido	11.505	9.691		
Passivo fiscal diferido	(25.141)	(28.343)		
Ativo fiscal diferido, líquido	(13.636)	(18.652)		

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita bruta de vendas	491.481	460.488	532.301	488.054
Devolução de vendas	(3.715)	(2.867)	(3.715)	(2.867)
Ajuste a valor presente	(6.805)	(5.337)	(6.805)	(5.337)
Impostos sobre a venda	(113.330)	(103.167)	(113.330)	(103.167)
Receita líquida de vendas	367.631	349.117	408.451	376.683

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(276.272)	(244.473)	(303.260)	(259.575)
Despesas com vendas	(38.580)	(35.450)	(43.246)	(38.663)
Despesas gerais e administrativas	(18.283)	(19.564)	(22.367)	(23.334)
Remuneração e participação dos administradores	(3.890)	(3.595)	(4.035)	(3.746)
Outras despesas	(5.383)	(8.177)	(7.020)	(8.922)
	(342.408)	(311.259)	(379.928)	(334.240)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(15.870)	(14.548)	(16.748)	(15.361)
Despesas com pessoal	(103.154)	(95.570)	(111.553)	(103.094)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(154.859)	(138.890)	(174.902)	(148.814)
Frete	(11.792)	(11.118)	(12.910)	(11.889)
Outras despesas	(56.733)	(51.133)	(63.815)	(55.082)
	(342.408)	(311.259)	(379.928)	(334.240)

23. Despesas com benefícios a funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Ordenados e salários	87.523	87.039	100.851	93.444
Custos de previdência social	14.823	7.748	10.013	9.107
Custos relacionados a aposentadoria	809	782	690	543
	103.155	95.569	111.554	103.094

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros em 30 de setembro de 2011 foi no valor de R\$4.775 (R\$5.539 em 30 de setembro de 2010).

24. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado durante o período findo em 30 de setembro de 2011 totalizam R\$14.210 (R\$ 12.257 em 30 de setembro de 2010).

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receitas financeiras:				
Varição cambial	14.912	12.548	14.912	12.548
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	16.626	12.733	16.626	12.733
Ganhos com outras operações de derivativos	323	2.138	323	2.138
Ajuste a valor presente	6.537	5.017	6.537	5.017
Outras receitas financeiras	2.308	387	2.457	394
	40.706	32.823	40.855	32.830
Despesas financeiras:				
Varição cambial	(11.828)	(14.089)	(11.828)	(14.089)
Juros sobre financiamentos	(7.276)	(7.209)	(7.276)	(7.209)
Perdas com outras operações de derivativos	(1.855)	(1.424)	(1.855)	(1.424)
Ajuste a valor presente	(3.029)	(2.060)	(3.029)	(2.060)
Outras despesas financeiras	(2.235)	(2.526)	(3.933)	(3.846)
	(26.223)	(27.308)	(27.921)	(28.628)
Resultado financeiro	14.483	5.515	12.934	4.202

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (cambio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Controladora

		<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	Nota	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5	250.984	221.337
Contas a receber de clientes	6	69.233	77.797
Instrumentos financeiros derivativos		-	414
Passivos			
Fornecedor		(19.450)	(18.764)
Empréstimos e financiamentos	16	(255.048)	(243.230)
Mútuos a pagar	9	(1.652)	(1.566)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.812)	-
Total		<u>39.255</u>	<u>35.988</u>

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado -- continuação

Consolidado

		<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	Nota	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5	260.315	226.383
Contas a receber de clientes	6	84.965	68.036
Instrumentos financeiros derivativos		-	414
Passivos			
Fornecedor		(34.158)	(24.519)
Empréstimos e financiamentos	16	(317.409)	(262.471)
Mútuos a pagar	9	(1.652)	(1.566)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.812)	-
		<u>(12.751)</u>	<u>6.277</u>

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações trimestrais:

Controladora:

		<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	Nota	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5	250.984	221.337	250.984	221.337
Clientes	6	69.233	77.797	69.233	77.797
Instrumentos financeiros derivativos		-	414	-	414
Passivos					
Fornecedores		(19.450)	(18.764)	(19.450)	(18.764)
Empréstimos e financiamentos	16	(255.048)	(243.230)	(255.048)	(243.230)
Mútuos a pagar	9	(1.652)	(1.566)	(1.652)	(1.566)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.812)	-	(4.812)	-
Total		<u>39.255</u>	<u>35.988</u>	<u>39.255</u>	<u>35.988</u>

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado -- Continuação

Consolidado

	Nota	Valor contábil		Valor justo	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5	260.315	226.383	260.315	226.383
Clientes	6	84.965	68.036	84.965	68.036
Instrumentos financeiros derivativos		-	414	-	414
Passivos					
Fornecedores		(34.158)	(24.519)	(34.158)	(24.519)
Empréstimos e financiamentos	16	(317.409)	(262.471)	(317.409)	(262.471)
Mútuos a pagar	9	(1.652)	(1.566)	(1.652)	(1.566)
Instrumentos financeiros derivativos		(4.812)	-	(4.812)	-
Total		(12.751)	6.277	(12.751)	6.277

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros -- continuação

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Nossa análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 30 de setembro de 2011, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	R\$	28.753	22.209	14.806
			25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeira		Prováveis	Possíveis	Remota
	CDI %	12,00%	9,00%	6,00%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Instituições financeiras	R\$	50.868	63.578	76.284
			25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros				
	TJLP	6,0%	7,5%	9,0%
	URTJ	10,41	13,02	15,62
	US\$	1,85	2,32	2,78

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no período findo em 30 de setembro de 2011 apresentou variação positiva de 15,82% (4,31% negativo em 31 de dezembro de 2010). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação a sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (hedge).

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	25.815	42.492	30.068	25.386
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	22.041	26.068	55.669	37.615
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(2.595)	249	(2.595)	249
D. Superavit (Déficit) apurado (A-B+C)	1.179	16.673	(28.196)	(11.980)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio –continuação

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	2.185	2.732	3.277
	Queda do US\$	2.185	1.639	1.092

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(52.287)	(65.359)	(78.430)
	Queda do US\$	(52.287)	(39.215)	(26.143)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa, como demonstrado abaixo:

	Nota	30/09/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	16	317.409	262.471
(-) Caixa equivalentes de caixa	5	(260.315)	(226.383)
Dívida líquida		57.094	36.088
Patrimônio		347.816	324.734
Capital social e dívida líquida		404.910	360.822
Quociente de alavancagem		14%	10%

Garantias

A empresa não tem ativos financeiros dados em garantia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 30 setembro de 2011, a Companhia contava com aproximadamente 60 clientes (65 clientes em 2010) que deviam a Companhia aproximadamente R\$1.160 (R\$690 em 2010) cada e eram responsáveis por aproximadamente 70% (70% em 2010) de todos os recebíveis devidos. Em 30 de setembro de 2011, seis clientes (seis clientes em 2010) apresentavam saldos superiores a R\$4.900 (R\$21.000 em 2010), sendo responsáveis por mais de 30% (33% em 2010) dos valores a receber. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que esta indicado na Nota 6.

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Período findo em 30 de setembro de 2011	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	62.989	78.388	110.390	65.642	317.409
Fornecedores	34.135	23	-	-	34.158
	<u>97.124</u>	<u>78.411</u>	<u>110.390</u>	<u>65.642</u>	<u>351.567</u>

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (hedge) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização de transações. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. O resultado líquido é registrado por competência nas suas informações trimestrais.

A partir de 2010, essas operações foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de hedge ("hedge accounting"), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM N°604/09. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia verificadas em 30 de setembro de 2011, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Descrição / Contraparte	Valor de Referência		Valor de Referência		Valor Justo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Valor de Custo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 30/09/2011– em milhares de R\$ (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 30/09/2010 – em milhares de R\$ (crédito) / débito	
	Nacional – em milhares de US\$		Nacional – em milhares de R\$		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	Valor Recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10								
NDF	25.300	6.000	46.916	9.997	(4.812)	414	(4.812)	414	934	192	776	(61)
Total	25.300	6.000	46.916	9.997	(4.812)	414	(4.812)	414	934	192	776	(61)

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Descrição	Moeda	Valor de Referência (notional)		Moeda	Valor Justo	
		30/09/2011	31/12/2010		30/09/2011	31/12/2010
Banco do Brasil	USD	5.800	4.500	R\$	(875)	312
HSBC	USD	6.900	1.000	R\$	(1.238)	67
Banco Itaú BBA	USD	1.000	500	R\$	(306)	35
Votorantim	USD	3.700	-	R\$	(783)	-
Santander	USD	7.900	-	R\$	(1.610)	-
Total	USD	25.300	6.000	R\$	(4.812)	414

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

Descrição	30/09/2011			31/12/2010	
	Até 30 dias	De 31 a 180	De 181 a 397	Total líquido	Total líquido
		dias	dias		
NDF	2.000	10.000	13.300	25.300	6.000
Total	2.000	10.000	13.300	25.300	6.000

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e perdas registradas no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido*	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		30/09/2011	31/12/2010
		30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010		
Operações de proteção cambial							
Contratos NDF (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	R\$	1.531	-	1.533	2.138	4.060	414
TOTAL	R\$	1.531	-	1.533	2.138	4.060	414

* Valor sem os efeitos dos impostos, sendo representado pelo valor de R\$2.680 líquidos dos efeitos tributários.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução N°475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Controladora e Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Non Deliverable Forward – NDF	Alta do US\$	(4.812)	(16.363)	(28.093)

27. Compromissos

Garantias

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas à empresas:

Tipo de garantia	Controladora		Consolidado		
	BRGAAP		IFRS		
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	
Randon	Aval e fiança	42.719	48.722	42.719	48.722

28. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

Segmento de montadoras: referem-se aos resultados consolidados dos períodos de 3 meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.

Segmento de reposição: referem-se aos resultados consolidados períodos de 3 meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a) Informações por segmentos de negócios

	Montadoras		Reposição		Total	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Receita líquida para terceiros	112.961	107.704	295.490	268.979	408.451	376.683
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(53.867)	(46.108)	(249.393)	(213.467)	(303.260)	(259.575)
Lucro bruto	59.094	61.596	46.097	55.512	105.191	117.108

Despesas Operacionais, Ativos e Passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito do Grupo, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

28. Informações por segmento--Continuação

b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Região:						
Mercado nacional	81.116	78.379	148.055	133.212	229.171	211.591
Nafta	15.962	17.056	73.898	78.967	89.860	96.023
Europa	2.340	1.480	10.835	6.850	13.175	8.330
Mercosul	7.292	6.218	33.761	28.787	41.053	35.005
África	1.469	1.262	6.800	5.844	8.269	7.106
Ásia e Oceania	2.188	1.288	10.132	5.961	12.320	7.249
Outros	2.594	2.021	12.009	9.358	14.603	11.379
Total	112.961	107.704	295.490	268.979	408.451	376.683

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	Controladora	
		Total dos limites de indenização	
		30/09/2011	31/12/2010
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	313.100	313.100
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	953	1.140
Responsabilidade civil	Fabricação de produtos e Recall no país e exterior	19.760	19.760
Acidentes pessoais		2.574	2.931
		336.387	336.931

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.